

SEBASTIÃO JORGE: A CENSURA NA IMPRENSA DO MARANHÃO

*Jornalista, advogado, ex-professor universitário do Curso de Comunicação da UFMA e autor de vários livros na área de jornalismo, entre outros, A linguagem dos pasquins
ssbjorge@uol.com.br*

RESUMO: A relação da imprensa maranhense com o poder foi pontuada de conflitos. Alguns comprometedores. Outros alcançaram conseqüências lamentáveis. Houve espancamentos, perseguições e assassinatos de jornalistas. A censura se constituiu num ato perverso. Reinventava-se de acordo com a criatividade e o autoritarismo de quem estivesse à frente do governo. O admirável em tudo isso foi o espírito de luta. A coragem e o desprendimento daqueles que tinham crença na liberdade de expressão. Nada temiam. Os séculos XIX e XX foram marcados pelas peculiaridades distintas da censura. Mas o jornalista maranhense soube reagir.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa maranhense. Liberdade de expressão. Censura.

ABSTRACT: The relationship between the press of Maranhão and the dominant power was punctuated with conflicts. Some reached deplorable consequences. There were violent attacks against journalists, resulting even murders. Censorship was built in a perverse act. It was reinvented according to the creativity and demand by whomever was ahead of the government. The fight was the most admirable act and the courage of those who believed in the freedom of expression. Nothing feared them. The XIX and XX century were marked by their different peculiarities in censorship. However, the maranhense journalist did know how to react.

KEY WORDS: Press of Maranhão. Freedom of expression. Censorship.

O velho e saudoso jornalista Nascimento Moraes, um mestre de muitas gerações é quem nos conta esta pitoresca história sobre o nascimento da nossa imprensa, num artigo publicado na década de 40, do século XX, em *O Imparcial*. Na época ele exercia em São Luís a função de diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda – o famoso DIP, em plena ditadura do governo de Getúlio Vargas, em 1944, representado no Maranhão por Paulo Ramos. Achava-se o conhecido mestre na repartição, quando uma senhora dirigiu-se ao seu gabinete para lhe falar. Mandou que entrasse.

Educadamente puxou uma cadeira e pediu para se sentar. A interlocutora em vez de dizer o que queria, no caso, a publicação de uma nota no *Jornal [Diário] Oficial*, fixou o olhar na direção de um quadro que se achava por trás da cadeira do diretor. O jornalista não resistiu e perguntou o que tanto lhe chamava a atenção, que se esqueceu de dirigir-lhe a palavra...

- Impressionou-a, deveras, essa fotografia do marechal? – perguntou.

Ela respondeu sem retirar os olhos do retrato:

- Era marechal esse homem?

- Era minha senhora – respondeu Moraes - e um dos governadores mais elogiados do Maranhão de ontem. Foi quem comprou o primeiro prelo do Maranhão e é por isso que esse retrato está refulgindo nesta sala.

- Muito obrigado pela explicação, mas revele-me diga com sinceridade. Estou com 70 anos de idade, mas nunca vi homem mais feio neste mundo! Não há, não houve, nunca haverá.

Encerrou a estranha e curiosa senhora sua opinião a respeito daquele personagem.

Pois é. Esse homem feio ou de uma fealdade que assustava e que se chamava Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, marechal de campo, português e presidente da província do Maranhão foi quem providenciou a compra da nossa primeira tipografia, e da qual saiu, no ano de 1821, o primeiro jornal, ou seja, *O Conciliador do Maranhão*.⁽¹⁾

Neste caso o ideal de beleza é nada e a feiúra atinge o seu mais alto grau na estética do progresso. O periódico não honrou o título. O propósito conforme a linha editorial era desarmar o espírito de luta entre portugueses e brasileiros, às vésperas da Independência do Brasil. O jornal passou a insultar membros de respeitáveis famílias maranhenses. O conflito deu-se em decorrência da imposição de uma Constituição Portuguesa, fruto da Revolução do Porto, da qual o marechal Bernardo da Silveira era adepto e chegou a nos impor. Daí as escaramuças entre maranhenses e lusos.

O jornal tinha na redação dois portugueses: Antonio Marques da Costa Soares e o danado e irascível padre José Antonio Ferreira Tezinho, conhecido pela irreverência e audácia. Por esse comportamento foi, provavelmente, o primeiro jornalista a ser processado por uma Lei de Imprensa Portuguesa (1821), com vigência no Brasil, isto, antes da nossa primeira Carta Constitucional de 1824.

Tezinho insultou a um amigo e compadre, chamando-o de ladrão, usurpador de herança alheia e responsável pela venda de um escravo que não era seu. O compadre com base naquela lei lhe moveu um processo. A sentença deu ganho de causa para o réu, submetido a um júri. O ofendido teve que pagar as custas.

Tem início a polêmica - Entre 1821 e 1825 houve cerca de sete jornais nesta cidade. Todos editados por pessoas naturais de Portugal e nenhum maranhense. Em 1825, Odorico Mendes (1799-1864), depois de estudar Filosofia na Universidade de Coimbra, retornou a esta cidade disposto a se entregar à luta política. Tinha 26 anos de idade e uma invejável bagagem cultural. Ficou conhecido como “Virgílio Brasileiro”, por traduzir obras como: *Ilíade*, *Odisséia*, *Mélope e Tancredo*. Fundou o jornal *Argos da Lei* ⁽²⁾ e com ele o recado aos adversários: fazer o bom uso das leis, empregando-as, inclusive, contra os magistrados relapsos e os funcionários públicos malandros, formados na maioria de portugueses. Considerava a presença dos lusos, danosa à província. Não os perdoava nas críticas. Defendia a liberdade de imprensa e considerava o jornal útil à sociedade. Propunha-se a denunciar as mazelas da administração pública para dar conhecimento, inclusive ao Rei, que só sabia dos fatos pelos bajuladores.

Para combater *O Argos da Lei*, aparece *O Censor* ⁽³⁾, do português Garcia de Abranches (1769-1845), de quem descende a Condessa Maurina Carneiro Pereira, ex-proprietária do *Jornal do Brasil*. Abranches com uma cultura calcada nos clássicos atacou com firmeza o adversário. Para começo de conversa, chamou-o de malandro, por gastar o dinheiro dos estudos em Coimbra e não concluir o curso superior. Foi o começo da polêmica no jornalismo maranhense, no ano de 1825. Essa uma época agitada, pela presença do oficial inglês Lorde Cochrane que a mando de Dom Pedro I, esteve, aqui, inicialmente, para impor a adesão da independência do Brasil, que só foi proclamada entre nós, a 28 de julho de 1823. E depois, para receber o dinheiro pelos serviços prestados. Chegou a decretar *estado de [sítio] guerra*. Estava de olho no Tesouro provincial e na fortuna dos portugueses. Foi nesse momento que Garcia de Abranches se revoltou e teceu comentários pesados contra Cochrane chamando-o de “pirata”, “vergonha da marinha inglesa” etc. Por ordem do Lorde o governador Costa Barros o expulsou, para Portugal, onde permaneceu cerca de um ano. Ao retornar deu prosseguimento à circulação do seu jornal. Foi o primeiro caso de jornalista expulso do Maranhão, por crime de imprensa.

Morre o homem. Vive o mito - José Cândido de Moraes e Silva (1807-1832) foi um dos nossos mártires da pena. Morreu aos 25 anos de idade, depois de uma passagem vitoriosa no jornalismo. O seu jornal *O Farol* ⁽⁴⁾ é considerado o primeiro órgão liberal do Maranhão. Tornou-se um intransigente defensor da Constituição e da cidadania. Fez campanha pela autonomia das províncias e usou do *slogan* “Federação ou morte”. O cabeçalho do seu jornal trazia uma quadra e na qual expressava o seu sentimento pela verdade:

*De circunlóquio nada sei
O caso conto, como foi:
Na minha frase da constante lei,
O ladrão é ladrão, o boi é boi.*

José Candido não foi apenas um corajoso e competente jornalista, mas um grande orador, que entusiasmava as multidões. Levantou o povo contra o governo, num movimento conhecido por

Setembrada. Só não conseguiu a vitória por indecisão. Fracassando no golpe foi perseguido, preso e maltratado. O governo determinou a sua incorporação na Guarda Nacional, isto, ao arrepio da lei, já que era arrimo de família. Processado por diversas vezes conseguiu a absolvição, para ódio dos algozes. Doente, pelos maus tratos, não resistiu e faleceu aos 25 anos de idade. Dele podemos repetir o que disse o escritor Graça Aranha: *Morre o homem. Vive o mito*. O jornalista pagou caro por resistir às pressões e não renunciar ao ideário.

Um inovador no jornalismo - A década de 30 e 40 do século XIX quem domina o cenário da imprensa maranhense é João Francisco Lisboa (1812-1863). Tinha vocação às inovações, tanto que, transformou gêneros conhecidos na imprensa como efêmeros, a exemplo da crônica, em temas permanentes, que ainda hoje, são discutidos. Tornou-se implacável na crítica de nossos costumes. Mostrou como funcionava a política e como se elegia um candidato ligado a grupos poderosos. Ele introduziu, não tenho dúvida, a reportagem no jornalismo brasileiro, um pouco antes do meado do século XIX, ao escrever os folhetins *A Festa de Nossa Senhora dos Remédios e Teatro São Luís* ⁽⁵⁾. A sua performance ou ousadia vai mais além... Introduz, ainda, o *New Journalism*, ao escrever *A procissão dos ossos* ⁽⁶⁾, em cujo texto associa ficção e realidade. Deixou páginas memoráveis nos jornais e chegou a fazer jornalismo de denúncia. O *Jornal de Tímon* é a sua obra máxima. (Jorge, Sebastião. *Imprensa Brasileira: Personagens que fizeram história*. Tema: *João Francisco Lisboa, o polemista maranhense que venceu na corte*. Antologia, II Volume. Coordenador: José Marques de Melo. Universidade Metodista e Imprensa Oficial de São Paulo, 2005).

A chibata contra a imprensa - Para amedrontar o redator do jornal *O Bem-te-vi*, ⁽⁷⁾

Estevão Rafael de Carvalho (1808-1846), o presidente da província Vicente Camargo, mandou o Juiz de Paz baixar uma portaria, com estas ameaças:

Faça o que lhe digo e não se importe com a lei que se alguém recalcitrar, eu tenho três recursos:

- 1º - *É o campo do Ourique (ou seja, o Quartel onde se senta praça);*
- 2º - *A corveta Regeneração (ou seja, navio de guerra surto no porto e que prendia cidadãos para servir na marinha);*
- 3º - *Pará (ou seja, onde se acha o famoso governador do Pará, Soares Andréa, conhecido como “Minotauro Andréa”, que reprimiu ferozmente a cabanagem).*

No final reforçava o recado:

E disto ninguém está livre, nem solteiro nem casado.

Estevão Rafael foi ameaçado de morte por diversas vezes, pelos ataques, ao presidente Vicente Camargo. Corajoso e sem se intimidar usou os termos daquela portaria no cabeçalho do seu jornal. Por muito pouco perdia a vida e o emprego de professor do Liceu. E só não foi prejudicado pelo amparo da vitaliciedade, como concursado. O jornal **Cacambo** ⁽⁸⁾ escreveu em letras de forma que Estevão Rafael poderia ter o mesmo fim do jornalista Vicente Lavor Papagaio, redator do jornal *Sentinela Maranhense*, órgão liberal, que foi assassinado com 32 facadas, numa das ruas principais de São Luís. Rafael de Carvalho foi acusado de incitar a revolta da Balaiada. A pressão foi tão grande que o jornal *Bem-te-vi* circulou até o nº 29 de 1938. Era um jornal irreverente e alcançou um respeitável número de leitores. Caiu no gosto popular. *O Bem-te-vi* saía debaixo de foguetório e faixas colocadas na porta da Assembléia Provincial, o que revoltava os adversários. Os inimigos daquele jornalista não perderam tempo e tiraram o jornal *O Caçador de Bem-te-vi* ⁽⁹⁾ para combatê-lo. O periódico trazia dos lados do cabeçalho, um homem fazendo a mira com uma arma de fogo para uma ave, possivelmente, um bem-te-vi (que representava o inimigo). Este jornal saía também espalhafatosamente. Muito foguetório. Eis uns versinhos de apresentação:

*Bem-te-vi! Sofrer não pode
Os ecos do meu canhão!
Eles vos fazem sofrer,
Eles vos deitam no chão.*

(...)

Surge um jornaleiro, cego e criativo. O vendedor de jornal em nosso meio foi uma invenção daquele jornal. Coube o papel a Basílio, que fazia o trabalho anunciando o produto, com estes versinhos:

Compra, compra, minha gente
O 'Caçador' de Bem-te-vi!
Gazetinha tão bonita
Como meus olhos nunca viram.

Compra, compra, minha gente,
Para glória do Maranhão!
Tem versos apimentados...
Coroatá, sendy, mamão!

Dois vinténs apenas custa
Tão brioso campeão!⁽¹⁰⁾

Desafio para um duelo à bala – Pela campanha que Cândido Mendes de Almeida movia através de *O Legalista*, 1840, contra a família de Ana Jansen, mulher rica e poderosa e a quem se atribui muitas maldades a escravos e aos inimigos, o jornalista foi desafiado para um duelo à bala, pelo seu filho, o coronel e comandante da Guarda Nacional, Isidoro Jansen Pereira. Cândido Mendes compareceu no lugar e horário marcados, porém, recebeu um recado, do adversário, que não passava de um deboche:

- Diga a ele que o duelo será a cacete, numa outra oportunidade.

Censura no jornalismo maranhense – A censura funcionava de diversos modos. O apelo constante era a ameaça à integridade física, o assassinato, como o de Vicente Lavor Papagaio e haverá outros meios de intimidar o jornalista, ou seja: os insultos, a baixaria das palavras, a invasão de privacidade, quando nem os mortos, as filhas de famílias e senhoras casadas escapavam dos pasquins, que proliferaram nesta cidade. Em certos momentos a civilidade recomendava a aplicação da Lei de Imprensa Portuguesa ou a aplicação do Código do Império, nos quais foram introduzidos os sistemas de responsabilidade penal solidário e o sistema de responsabilidade penal sucessivo... Neste caso, em particular, a ação sempre recaía sobre os pobres dos operários, levando-se em consideração que os redatores não assinavam os textos, recaindo a culpa no dono da gráfica ou nos operários. Vejamos alguns exemplos... Com o jornal **Opinião Maranhense** (1842) surge a figura do que se chama no jargão jornalístico do “Homem de Palha”, ou “Testa de Ferro”, o nosso conhecido “Laranja”. Ao que tudo indica a idéia é de Cândido Mendes, que escolheu uma terceira pessoa, para se responsabilizar perante a gráfica pela composição, impressão e pagamento das despesas. A iniciativa se estendia com a circulação de um pasquim chamado **Pica-pau**, cujo nível era dos mais baixos, contra a família Jansen. Quanto a este jornaleco não acredito que tenha tido a participação de Cândido Mendes. Mas, como guerra é guerra... Fica a dúvida.

O “Testa de ferro” do jornal *Opinião Maranhense* segundo o coronel Isidoro Jansen Pereira, não passava de um vagabundo, sem emprego e residência fixa. ⁽¹¹⁾ Ofendido moveu um processo contra o jornal, que tinha como redator chefe o próprio Cândido Mendes. Pelo sistema de responsabilidade penal sucessivo, coube a culpa ao dono da gráfica. João Lisboa foi o advogado do proprietário da oficina e provou que este, apenas imprimiu os papéis, e não havia nenhum texto assinado por ele. Sobrou para os operários. Os que não conseguiram fugir foram presos e incorporados na Guarda Nacional. Cândido Mendes também recebeu o castigo: Perdeu o emprego, ou seja, uma promotoria de Justiça.

Com o jornal **O Progresso** (1847) não foi diferente. Saiu durante alguns meses. Parou as atividades por perseguições. Voltou a circular no ano de 1851. Bateu de frente com o presidente da província Cruz Machado e por mais uma vez os gráficos saíram prejudicados. Eis o que lhes

aguardava: cadeia ou sentar praça. O jornal não resistiu às pressões e depois de sofrer um arrombamento, despediu-se do público. Antes, estendeu a mão à caridade pública em nome dos operários, uma vez que suas famílias estavam passando fome. O periódico tentou voltar várias vezes, mas a linha editorial colidia com os interesses de outros presidentes da província. Fechou, definitivamente.

Tentando driblar a censura – Nova subscrição pública foi aberta para os operários do jornal **A Coalção** de 1847, o qual circulou até o número 12 do mesmo ano. Os jornais de oposição encerravam, por exemplo, a circulação, hoje, para retornar algum tempo depois. Registrando-se uma primeira fase. Esquecido os incidentes e com a presença de um novo governo, voltavam a circular, anunciando uma segunda fase, e, assim, sucessivamente. Em cada uma dessas fases, para despistar, mudavam o título, o redator principal e o programa. Quando a censura endurecia, fechavam o jornal, para em seguida, fundar um outro. Aí, os redatores, espertamente, traçavam uma linha editorial prometendo ordem e respeito. Não demoravam em mostrar a verdadeira face. O castigo era iminente. Esta queda de braço tinha pouca duração. Ganhava quem tinha mais força. O jornal fechava definitivamente.

Era assim, que funcionavam os jornais em São Luís, naturalmente, com outros problemas que se estenderam até o final do século XIX. Mantinham uma relação complicada com o poder. Admirável é a coragem e a disposição dos jornalistas em cumprirem a sua função. Não se intimidavam. E sabiam que as conseqüências eram inevitáveis. Enfrentavam o governo e não desistiam de permanecer no campo de atuação. Procuravam agir com criatividade para continuar na luta. Os jornalistas expunham a sua integridade física e nada se constituía em pretexto para calar as idéias. Acreditavam na liberdade de imprensa e por ela se debatiam.

No século xx - A imprensa enfrenta novos problemas. Aqueles que exerciam o papel de interventor, a exemplo de um Paulo Ramos, na ditadura de Getúlio Vargas, usaram e abusaram dos mais diversos artifícios para impedir que os jornais cumprissem a missão. Nada de denunciar os desvios de conduta do governo, ou mesmo pleitear serviços à comunidade, com leves críticas. Quem desobedecesse sabia o resultado.

O Diário do Norte (1937) sofreu as conseqüências desse problema, isto, na década de 30-40. O jornal pertencia ao deputado Maurício Jansen. ⁽¹²⁾ Há de se destacar a coragem com que enfrentou as bravatas do poder, que desejava a todo custo, dobrá-lo. Foram muitos e mesquinhos os meios utilizados pelo governo de Paulo Ramos para impedir a livre manifestação de pensamento.

Em plena 2ª. Guerra Mundial adquirir *papel linha d' água* não era fácil. Maurício Jansen comprou o bastante para enfrentar as crises. *O Diário Oficial do Estado* também comprou sua cota, sendo a quantidade inferior a do concorrente. Como o dono do jornal *Diário do Norte* não tinha onde colocá-lo deixou no depósito da Alfândega. Foi como entregar a presa na toca do leão. Ao tentar retirá-lo encontrou embaraços de toda ordem. Mesmo provando que os documentos estavam de acordo com as exigências legais. O diretor da Alfândega colocou obstáculos e negou o pleito com medo de perder o emprego.

Os desentendimentos recrudesceram e o jornalista ao protestar desancou o verbo inflamado contra o interventor e terminou preso por desacato à autoridade. Solto e inconformado viajou para o Rio de Janeiro. Os olheiros de Paulo Ramos souberam e o avisaram. O interventor se comunica com as autoridades daquela cidade, sendo o proprietário do *Diário do Norte* recebido por um contingente policial que o esperava no cais do porto. É preso e acusado de comunista. Posto em liberdade consegue falar com Ivete Vargas, filha do ditador Getúlio. Narra o problema e ela determina a liberação do papel.

Maurício Jansen procurou retirá-lo às pressas da Alfândega e apelou para alguns amigos comerciantes da Praia Grande, para acomodar o papel nos armazéns. O interventor ao saber da providência mandou recado aos donos dos depósitos, para que desistissem da idéia. E determinou que não fosse dado anúncio para o jornal.

Tem mais. Muito mais... O jornalista ao chegar a São Luís recebe ordem para nada falar sobre o assunto. Revoltado pelos constrangimentos, espírito rebelde e indomável, conta tudo para quem

quisesse ouvir e ler. O Chefe de Polícia, Flávio Bezerra manda prendê-lo. Certa vez, o revisor do jornal, Batista Lemos, que depois ingressou na magistratura sendo desembargador, dirigiu-se ao chefe de polícia, levando um recorte do jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, para que autorizasse a publicação. Lá meteram o coitado do revisor na cadeia. Sobrou, igualmente, para o dono do jornal. Logo depois soltaram o revisor e Maurício Jansen mudou de endereço: Penitenciária do Estado.

Nessa caixinha de surpresas e decepções com o cerceamento da liberdade de imprensa há outros fatos marcantes... Certo dia aparece o Chefe de Polícia, na redação, com uma matéria elogiosa ao interventor e uma foto do mesmo para que fossem publicadas... A fotografia, por mais que o fotógrafo tenha caprichado, não houve jeito. O homem metia medo. Era tão feio como o Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca que falamos no início. O jornalista Maurício Jansen nega a ordem e vai preso por mais uma vez.

(12) Político influente em São Luís cumpriu vários mandatos de deputado estadual.

Não satisfeito Paulo Ramos destaca um censor para o jornal. O censor era Fernando Perdigão, que exerceu o magistério e foi diretor da antiga Faculdade de Direito de São Luís. Ele consumia boa parte da noite e princípio da madrugada jogando carteadado. É o que dizem. Aí o censor chegava com o temido lápis vermelho. Era uma vez o trabalho de um dia. Tudo ia pelos ares. Excluía as menores coisas. Alegava deboche ao interventor. O trabalho de redação, revisão, composição e paginação tinha que ser refeito. O jornal saia atrasado. Não havia como resistir a tanta perseguição. O interventor em pessoa telefona para Maurício e este se recusa a atendê-lo. Paulo Ramos manda três autoridades para lhe propor a venda do jornal. Não teve jeito. Cedeu. De posse do título da folha oferece e vende para os “Diários Associados”, que chegava ao Maranhão para ampliar sua rede de jornais e rádios.⁽¹³⁾

Presença dos “Diários Associados” - A empresa fundada por Assis Chateaubriand se interessou por um outro jornal, *O Imparcial*, que circula nesta cidade e completa no presente ano (2006), 80 anos de funcionamento. João Calmon intermediário na transação fez proposta de compra ao

jornalista João Pires, o J. Pires, proprietário do mesmo, que recusa no início. Como o jornal fazia oposição ao interventor sofre hostilidades de todo jeito, inclusive, com aquele tipo de censura: do lápis vermelho. J. Pires também não resiste e vende “O Imparcial”, que se coloca a serviço do progresso maranhense na interventoria de Paulo Ramos. ⁽¹⁴⁾

J. Pires despedindo-se dos leitores, anuncia a venda do jornal e a certa altura faz este desabafo:

Resisti, desassombradamente, à frente deste jornal, contra todas as perseguições de que fui vítima nesse lapso de tempo de vinte anos.

Fui preso.

Capangas armados agrediram-me às caladas da noite e só milagrosamente escapei com vida.

Respondi a vários processos iníquos de todos os quais fui absolvido. (...) Inclusive um que subiu à Corte Suprema, o Supremo Tribunal Federal. ⁽¹⁵⁾

J. Pires, depois fundou o *Diário de São Luís* (1920). Como partidário de Vitorino Freire, um político que mandou no Maranhão cerca de 20 anos e era odiado pelas oposições, não deu sorte. Na greve de 1951, que abalou a cidade, e contou com a participação do povo, insuflado pelos adversários do governo, e que resultou na morte de muitas pessoas, teve o seu jornal incendiado. O prédio fica localizado na Praça João Lisboa, onde funciona o Banco Real.

Ameaça de furar orelha – É isto mesmo, ameaça de furar orelha de jornalista com agulha de costurar saco de estopa ou pano de mastro de barco. O episódio envolveu o jornalista Amaral Raposo, um incremente polemista e defensor do idioma, que não temia pessoas espadaúdas, importantes ou com *status* de imortal, quando as considerava merecedoras de críticas, por desvio de conduta pública ou por erros que agrediam o idioma.

Amaral Raposo foi um jornalista que honrou a tradição da imprensa local. Como incomodava ao governo de Paulo Ramos, foi submetido a uma violência no seu direito de ir e vir. O temido Chefe de Polícia Flávio Bezerra dirigiu-se até a redação do jornal *O Combate* (1906) onde trabalhava, com ordens para deixar São Luís. Não teve alternativa. Recebeu uma passagem de terceira categoria e viajou para Salvador em 48 horas. ⁽¹⁶⁾

Os excessos contra a liberdade - A partir da metade da última década do século XX, o jornalismo maranhense enfrentou muitos problemas. Por não se desviar da sua missão alguns pagaram com a própria vida, quando buscavam a verdade com base na crença e nos postulados democráticos. Muitos foram espancados, sem piedade. De assassinatos citamos dois casos: Vilela de Abreu e Othelino Nova Alves. Houve quem deixou a sua terra pelas ameaças: José Louzeiro foi um deles. Houve depredação de jornais, a exemplo do que aconteceu com o *Jornal Pequeno* e *Jornal do Dia*. Era a lei da força do trabuco contra a força das idéias. Muitos levaram surras homéricas como se deu com o jornalista Erasmo Dias (1916-1981), um panfletário dos melhores e cujos textos na época eram lidos como se espera, hoje, os capítulos de uma novela de televisão... Por escrever o artigo “Boi Marrequeiro da Situação”, contra o governador Sebastião Archer, foi brutalmente espancado na Praça João Lisboa. Antônio Lôbo (1870-1916), homem culto. Jornalista sério e um dos fundadores da Academia Maranhense de Letras, não agüentou as pressões. O governo de Herculano Parga mandou cortar os vencimentos do emprego de professor de Lógica do Liceu Maranhense. Aquela autoridade ainda fez mais: por trás da cortina, apoiou a compra do jornal em que Lôbo era o chefe de redação, *A Tarde* (1915), sem que nada soubesse. O jornalista preferiu o gesto extremo do suicídio que, entregou os pontos.

No regime militar que começou nos anos 60, a censura funcionava através de bilhetinhos, os quais eram mandados pela Polícia Federal. Algumas proibições não passavam de ordens bizarras. Quanto ao mais os órgãos de repressão estavam de olho. E não refrescava.

Apesar de todos os percalços o jornalismo maranhense soube enfrentar os dissabores da censura, as agressões físicas, prisões e outros tipos de violências, com muita coragem, desprendimento e competência, honrando, assim, a geração que o antecedeu. Ainda que, com tais problemas, a

imprensa transformou-se numa escola de educação moral e política e, como dizia o velho e respeitado jornalista Nascimento Moraes “era o átrio da cultura literária”.

No Maranhão todo homem de letras, toda figura representante da cultura e da política nos diversos campos do saber deixaram a marca da sua presença nas acanhadas salas de redações, quando nada ganhavam financeiramente e ainda tinham que tirar dinheiro do bolso para manter o ideal.

Foi o jornal, sem dúvida, uma porta de entrada, de todos aqueles que desejavam conquistar um nome e um espaço, aqui, e lá fora.

NOTAS:

(1). *O Conciliador do Maranhão* foi impresso a 15 de novembro de 1821, embora, antes circulasse manuscrito. Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca foi o último governador da província no período colonial.

(2). *Argos da Lei* circulou pela primeira vez a 17.1.1825.

(3). *O Censor*, começou a circular a 24.1.1825.

(4). *O Farol*, 1º nº 26.12.1827.

(5) *Publicador Maranhense*, 1851.

(6) *Publicador Maranhense*, 1851.

(7) *O Bem-te-vi* começou a circular a 8.7.1838

(8) Redigido por Luís Carlos Cardoso Cajueiro.

(9) Filho, Domingos Vieira. *Quando a Imprensa é notícia*. Volume, II. Bemtevi. Editora Temário. Rio. 1969.

(10) *O Caçador de Bem-te-vi* de 8.7.1839

(11) Seu nome: João Alexandre de Lemos

(13) Depoimento prestado pelo saudoso jornalista Alfredo Galvão, que pertenceu ao quadro de redatores de *O Imparcial* e trabalhou com J. Pires.

(14) Id. Ibid

(15) *O Imparcial* de 1º .10.1944.

(16) Jorge, Sebastião. *Personagens que fizeram historia*. Tema: *Amaral Raposo, protótipo do jornalista boêmio*. Universidade Metodista e Imprensa Oficial de São Paulo. Coordenação: professor José Marques de Melo. 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee de. *Primeiro Centenário da Independência do Brasil*. São Paulo. Tipografia Brasil, 1922.

_____. *A Setembrada: A revolução liberal de 1831 em Maranhão*. Editora JB. Rio, 1970.

FILHO, Domingos Vieira. *Quando a imprensa é notícia*. Rio de Janeiro. Editora Temática. Coordenador: José Machado, Vol II, 1969.

GALVÃO, Alfredo. Depoimento sobre a imprensa maranhense do século XX. 1970.

JORGE, Sebastião. *Imprensa brasileira: Personagens que fizeram história*. São Paulo. Universidade Metodista e Imprensa Oficial. Volumes I e II. Coordenador: José Marques de Melo, 2005 e 2006.

_____. *Política movida a paixão: O jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luís. Edufma. Departamento de Comunicação Social – UFMA. 2000.

LEAL, Henriques. *Obras de João Francisco Lisboa*. Documentos Maranhenses. Volume IV. São Luís. Lithograf. Alumar - AML. 3ª. Edição, 1991.

Lopes, Antônio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1825)*. Rio de Janeiro. Dasp, 1959.